

HABEAS CORPUS Nº 570.262 - SP (2020/0078801-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : LEANDRO BUENO FREGOLAO
ADVOGADO : LEANDRO BUENO FREGOLÃO - SP185667
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME FALCONI DE MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GUILHERME FALCONI DE MELO, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 2055811-13.2020.8.26.0000, manteve a segregação do reeducando, ora paciente, atualmente em cumprimento de pena no regime semiaberto, determinado pela autoridade coatora da localidade.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o indeferimento do pedido de prisão domiciliar do interno, com bom comportamento carcerário e na iminência de gozar do benefício da saída temporária, está em descompasso à dicção dos arts. 4º, inciso I, alínea "b", e 5º, inciso III, ambos da Recomendação CNJ n.º 62/2020.

Nesse panorama, roga o impetrante pela premente expedição do competente alvará de soltura, em favor do paciente, e, por conseguinte, seja determinada a progressão antecipada do reeducando ao regime aberto, a ser cumprido em prisão domiciliar humanitária, ainda que mediante monitoramento eletrônico, na forma dos arts. 117, inciso II, e 146-B, ambos da LEP.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente